

Desenvolvimento humano do estado do Ceará: uma análise territorial a partir do IDHM

Human development of the state of Ceará: a territorial analysis from the IDHM

Denis Fernandes Alves¹

Antonio Bruno Fernandes Marcelino²

Francisco do O' de Lima Júnior³

Joseney Rodrigues de Queiroz Dantas⁴

RESUMO

O trabalho objetiva analisar o desenvolvimento do estado do Ceará, por meio de uma abordagem que explora a evolução do IDHM. Utilizou-se a metodologia descritiva exploratória pautando-se em dados secundários de órgãos oficiais (IBGE; IPECE). O índice demonstra um elevado avanço nos quesitos de renda, educação e longevidade – sendo os dois últimos de maior destaque e a educação de maior transformação. Houve um avanço em todo o estado, destacando-se o conjunto de municípios polarizadores de territórios mais dinâmicos bem como os da Região Metropolitana de Fortaleza. Revelou-se que mesmo assim, não foi possível superar o quadro de disparidades existentes, sendo necessárias outras formulações e intervenções, objetivando áreas estagnadas do estado.

Palavras chave: Desenvolvimento humano; IDHM; Ceará; Território.

ABSTRACT

The work aims to analyze the development of the state of Ceará, through an approach that explores the evolution of IDHM. We used descriptive exploratory methodology basing on secondary data from official agencies (IBGE; IPECE). The index shows a high improvement in the income questions, education and longevity - the latter two most prominent and education major transformation. There was a breakthrough throughout the state, especially the set of

¹ Universidade Regional do Cariri – URCA. Pesquisador Bolsista do Grupo de Estudos em Territorialidades Econômicas e Desenvolvimento Regional e Urbano (GETEDRU). Bolsista de Iniciação Científica da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP)., e-mail : denis_fernandes@outlook.com.

² Pesquisador Bolsista do Grupo de Estudos em Territorialidades Econômicas e Desenvolvimento Regional e Urbano (GETEDRU). Bolsista de Iniciação Científica da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). E-mail : brunnofernandes@outlook.com.

³ Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, na área de Economia Regional e Urbana. Realizou Estágio de Doutorado com Bolsa CAPES no Institut für Geographie - Univesität Innsbruck (Instituto de Geografia da Universidade de Innsbruck, Áustria), sendo supervisionado pelo Prof. Dr. PhD Martin Coy. Possui mestrado em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia/MG (2008) e graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri - URCA (2001). Desempenha o papel de Vice-reitor da URCA com mandato de 2015-2019. E-mail : limajunior_economia@yahoo.com.br

⁴Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (1996), Mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal de Campina Grande (2002) e Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2014). É professora Adjunto IV da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES); É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia, Cultura e Território (GEPECT); do Departamento de Economia e membro dos grupos de pesquisa Núcleo de estudos em Geografia Agrária e Regional (NUGAR) do Departamento de Geografia da UERN e Espacialidades Econômicas e Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de Economia da URCA. E-mail: joseneyqueiroz.uern@gmail.com

polarizers municipalities of the most dynamic areas as well as the Metropolitan Region of Fortaleza. These municipalities were the main target of economic internalization guided in the agribusiness-industry-tourism tripod. It was revealed that even then, it was not possible to overcome the disparities framework, requiring other formulations aiming stagnant areas of the state.

Keywords: Human development; IDHM; Ceará; Territory.

JEL Classification: O10, O15, O18.

INTRODUÇÃO

A partir de meados da década de 1980, o estado do Ceará passou por rápidas e profundas transformações de ordem política e institucional com significativa repercussão econômica (SOUSA, 2007). Tais mudanças partiram da nova gestão político-administrativa estadual com a chegada de um novo grupo político ao governo e tinha como objetivo a promoção do desenvolvimento através de uma administração racionalizada e de busca à redução de desigualdades.

Neste sentido, para se falar em desenvolvimento tem que se pensar em integração da sociedade. Assim, um Estado deve proporcionar o desenvolvimento não simplesmente pela proteção do mercado interno, mas que oportunize a participação dos indivíduos no processo de desenvolvimento global, através do acesso a funcionamentos básicos da vida (GIACOMELLI *et al.*, 2013). Investimentos em Educação, Saúde e Empregos são fatores que implicam diretamente no desenvolvimento de um determinado local. Desenvolvimento regional, que além de estar atrelado ao crescimento econômico, também está condicionado às políticas públicas.

Vale reaver que a relação desenvolvimento e crescimento diverge segundo alguns autores. De acordo com Campos (2012) e Bresser-Pereira (2008), dado o fato de que o desenvolvimento econômico implica mudanças estruturais, culturais e institucionais, existe uma longa tradição que rejeita a identificação de desenvolvimento econômico com crescimento da renda per capita ou simplesmente crescimento econômico.

Para Amartya Sen (1983), os temas principais que influenciam no crescimento econômico são: a industrialização, a acumulação de capital, a mobilização de mão de obra, o planejamento e um Estado ativo. Transcendendo esse contexto, o conceito histórico utilizado por Bresser-Pereira (2006) afirma que o desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou estados-nação que realizam sua revolução capitalista, e se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico.

Dentre os indicadores desenvolvidos para mensurar estas acepções do desenvolvimento e permitir a evolução comparativa, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) apresenta esta perspectiva para os municípios em três importantes dimensões do desenvolvimento humano durante as duas últimas décadas e será o escopo explorado no presente trabalho. A pergunta que problematiza o estudo é: apesar da alusão promissora na concepção do IDHM cearense, ela tem expressado de fato uma homogeneidade equitativa do desenvolvimento em todo o território do estado? Como hipótese norteadora para respondê-la, acredita-se que mesmo com todos os avanços propostos nesta mensuração, nem o IDHM capta ainda

a realidade da dinâmica do desenvolvimento cearense, haja vista a persistência de aspectos de caráter estrutural decorrentes de sua formação econômica e das formas de sua inserção no contexto da economia nacional em diversos momentos.

Para dar conta desta resposta, o trabalho tem como objetivo analisar o desenvolvimento do estado do Ceará, por meio de uma abordagem qualitativa, utilizando o IDHM, conjecturando as evidências das transformações que se mantiveram presente ao longo dos anos no estado, destacando pontos de disparidade que tange o modelo. Com isto, buscar-se-á: a) fazer uma comparação temporal dos municípios cearenses e; b) verificar dentre os três indicadores que compõem o IDHM, qual o de maior impacto e o que necessita de maiores investimentos.

DESENVOLVIMENTO

Discussão sobre o conceito de desenvolvimento: uma abordagem entre o desenvolvimento econômico e desenvolvimento humano

Segundo Barbosa (2009), o termo desenvolvimento é utilizado para entender porque há países que não conseguem atingir um crescimento econômico de sua renda e de seus padrões de vida. Dito de outra forma, o estudo do desenvolvimento econômico busca descrever o processo de transformação, não só econômico, mas também social, ou em alguns casos, a falta deste processo.

Oliveira (2002) destaca o pensamento de Milone (1998) no qual para existir desenvolvimento econômico, o país deve apresentar variações positivas dos indicadores econômicos de crescimento ao longo do tempo - renda, renda per capita, Produto Interno Bruto (PIB) e PIB per capita – e ao mesmo tempo apresentar redução nos níveis de pobreza, desemprego e desigualdades e melhorias nos indicadores de saúde, educação e moradia, por exemplo. O autor ainda apresenta o pensamento de Sandroni (1994), que considera que o desenvolvimento de um país depende de seu passado, de sua extensão geográfica, das condições demográficas, da sua cultura e dos recursos naturais de que dispõe.

De acordo com Todaro e Smith (2009) e Giacomelli *et al.* (2013) a obra *A Riqueza das Nações* (1776) de Adam Smith foi considerada um estudo científico sobre o desenvolvimento econômico; mas apesar disso, em continentes como a América Latina, a África e a Ásia, os estudos relacionados ao assunto só tiveram início nas cinco últimas décadas do século XX, caracterizando o ramo do desenvolvimento econômico como novo.

Moreira e Crespo (2012), afirmam que a economia do desenvolvimento surge mais precisamente no Pós Segunda Guerra Mundial, num contexto marcado pela ascensão dos Estados Unidos como potência econômica, pela propagação da ideologia socialista soviética e pela desintegração das colônias europeias nos continentes Latino Americano, Africano e Asiático.

Após o conflito armado (1939-1945), as preocupações dos países com os estudos relacionados ao desenvolvimento se tornaram mais evidentes. Havia uma preocupação em querer se livrar de problemas econômicos, sociais e políticos que os perseguiram, bem como criar condições que garantissem um nível de seguridade econômica e social a população.

Giacomelli *et al.* (2013), destacam que inicialmente, a análise do desenvolvimento econômico era baseada na medida de crescimento econômico, ou seja, PIB. Logo, percebe-se uma estreita relação entre crescimento econômico e

desenvolvimento econômico que por vezes gera confusão quando o desenvolvimento passa a ser associado ao crescimento.

Nos estudos de Sen (1983) a teoria tradicional do desenvolvimento, considera alguns pontos principais, que influenciam no crescimento econômico, são eles: a industrialização, a acumulação de capital, a mobilização de mão de obra, o planejamento e um Estado ativo. Isso porque são fatores importantes para o desenvolvimento econômico. Mas essa teoria apresenta certas restrições, “dentre elas o fato de não perceber que o crescimento econômico é apenas um meio para atingir outros objetivos e que a importância está nos benefícios gerados nesse processo de crescimento econômico” (GIACOMELLI *et al.*, 2013, p. 2).

Entretanto, vale ressaltar que a busca sem controle pela industrialização e, conseqüentemente pelo desenvolvimento, segundo Oliveira (2002), ocorre que muitos países se esforçaram demasiadamente em fazer o produto da economia crescer, deixando as questões sociais, como a qualidade de vida da população em segundo plano.

O bem-estar social e econômico, de acordo com Vasconcellos e Garcia (1998) e Oliveira (2002, p. 38) está atrelado ao desenvolvimento, em que, qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social” (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia).

Conforme Bonente e Almeida Filho (2008), para o economista Albert Hirschman a teoria econômica do desenvolvimento teve grande repercussão em seu início e serviu de base para a formulação de várias políticas nacionais durante o ápice do modelo nacional-desenvolvimentista, nas décadas de 1950 a 1960. Contudo, é a partir da crise dos anos de 1970 e da ascensão das ideias neoliberais que esta teoria assistiu seu declínio e somente em meados dos anos 1980 é que ressurgiu o debate sobre desenvolvimento em função do agravamento de problemas sociais, como a pobreza e a fome em nível mundial.

Deste modo, é no pós-guerra (1945-1980), que o Brasil se destacou entre os países em desenvolvimento por apresentar o maior dinamismo econômico. Segundo Dedecca, Trovão e Souza (2014, p. 23), no entanto, sua

virtuosidade econômica não se traduziu em resultados sociais positivos. Ao final do ciclo de crescimento econômico, a consolidada sociedade urbana e industrial convivia com uma situação de elevada desigualdade socioeconômica, permeada por problemas sociais de toda ordem e com extenso nível de pobreza.

Deste modo, é importante que ao se falar sobre desenvolvimento deve-se pensar em integração da sociedade, fato este que ficou encoberto, e não ocorrera como era esperado no Brasil pós-guerra, devido a problemas sociais. Muito em consequência da forte ditadura militar que o país convivera ao longo de 21 anos (1964-1985).

Para Bonente e Almeida Filho (2008, p. 78), esse período de crise na década de 80, é importante para justificar algumas “mudanças de paradigma do processo de acumulação de capital em nível global. Ocorre mudanças de padrão tecnológico de produção e, também, as mudanças que ocorrem em nível das finanças globais”.

Era visível na década de 1960 o crescimento econômico brasileiro impulsionado pelo intenso processo de industrialização, porém não se observava na

prática a distribuição de renda entre as camadas sociais, muito menos a diminuição das desigualdades espaciais. Com o advento dos anos 1970 e o posterior agravamento da crise mundial caracterizada pelo fenômeno de estagflação, baixos índices de crescimento econômico e altas taxas de inflação, a teoria neoliberal foi ganhando respaldo, principalmente entre os países já desenvolvidos e seus principais expoentes argumentando que as políticas nacionais desenvolvimentistas, ou seja, o modelo de desenvolvimento anteriormente praticado não havia obtido êxito, pois eram crescentes as desigualdades sociais observadas, principalmente nas economias subdesenvolvidas.

Nesse contexto, a década de 1980 foi caracterizada pela ascensão das políticas econômicas neoliberais e pela diminuição do papel do Estado como articulador de estratégias desenvolvimentistas, já que o modelo anterior de desenvolvimento teria se mostrado ineficiente.

Defendia-se então a limitação das ações estatais, conforme mostra Campos (2012) e Giacomelli *et al.* (2013, p 13), cujo o conjunto de medidas adotadas podia variar, mas normalmente passava pela proteção da propriedade privada, implicando na privatização de estatais, estabilidade monetária, cumprimento de contratos, liberalização comercial e financeira, disciplina fiscal, e uma série de medidas para tornar as economias mais expostas aos incentivos de mercado.

Em meio à ideologia neodesenvolvimentista de limitar as ações estatais na economia, é importante encontrar um equilíbrio entre as ações do Estado e as ações do mercado. O mercado falha em prover “capital humano”, uma vez que o retorno social é consideravelmente maior que o retorno privado. Também há a distância temporal entre a educação infantil e o impacto na produção. “Além disso, para um investidor privado, o investimento em capital físico apresenta menos incertezas que em capital humano. Portanto, o investimento em educação por parte do Estado apresenta-se como uma necessidade” (CAMPOS, 2012 apud GIACOMELLI *et al.*, 2013, p. 16)

Além da ascensão dos princípios neoliberais, a teoria do desenvolvimento – ou a nova teoria do desenvolvimento, como é chamada a partir dos anos 1980 – incorporou novos debates aos estudos sobre desenvolvimento, como as questões ambientais e sustentáveis, em virtude dos danos ambientais da intensa industrialização no período anterior, bem como as análises da concentração de renda nos países ditos do primeiro mundo e da perpetuação da pobreza naqueles ditos do terceiro mundo, ao qual o Brasil estava inserido.

Para os autores Dedecca, Trovão e Souza (2014), com a estabilização inflacionária brasileira, observada em 1994, o controle das contas públicas foi sendo reestabelecido, mas é somente a partir do ano de 2004 que surgem as possibilidades de crescimento econômico de modo sustentável acompanhado pela queda das desigualdades de renda e de pobreza em virtude das políticas públicas de transferência de renda do Governo Federal. Porém, Cano (1985, p. 29 apud OLIVEIRA, 2002, p. 45) observam que nas regiões industrializadas do Brasil “a qualidade de vida baixou consideravelmente: ganharam mais indústrias e mais empregos, mas também ganharam mais filas de transporte, menos água, escolas e hospitais (...) e muito mais favelas”.

Após a dedicação de vários países por décadas em busca de como impulsionar o crescimento econômico, pensa-se atualmente em como as pessoas são afetadas pelo processo de crescimento e se os resultados deste crescimento no produto e na renda estão sendo alocados para proporcionar o desenvolvimento humano.

A participação dos indivíduos na construção do mundo social possibilita a emergência de diferentes significações (e de novidade), que podem transformar o curso de seu desenvolvimento, assim como afetar a dinâmica da comunidade em que se encontra inserido (SIFUENTES; DESSEN; OLIVEIRA, 2007).

Já para Gotlieb (1996) e Valsiner (2003) as práticas sociais afetam as significações e construções simbólicas da pessoa, em uma relação de bidirecionalidade, ou seja, todos os membros de uma determinada cultura participam ativamente da sua construção, influenciando e sendo influenciados, em uma dinâmica de afecção mútua, o que possibilita a emergência do novo. No entanto, é necessário entender como se constituem os arcabouços conceituais do lado humano do desenvolvimento.

Nesse sentido Oliveira (2002, p. 46) conceitua o Desenvolvimento Humano como mais amplo do que o de desenvolvimento econômico, entretanto mais associado com a ideia de crescimento. Isso não significa contrapô-los. Deste modo, no longo prazo, nenhum país pode manter o bem-estar de sua população se não experimentar um processo de crescimento que implique aumento da produção e da produtividade do sistema econômico, amplie as opções oferecidas a seus habitantes e lhes assegure a oportunidade de empregos produtivos e adequadamente remunerados.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) o crescimento econômico é condição necessária para o desenvolvimento humano e - também social - a produtividade é componente essencial desse processo. Contudo, o crescimento não é, em si, o objetivo último do processo de desenvolvimento; tampouco assegura, por si só, a melhoria do nível de vida da população (PNUD, 1996, p. 1).

O desenvolvimento humano ganhou destaque nos debates sobre desenvolvimento na década de 1990 e desde então a preocupação com a qualidade de vida da população tem ocupado lugar central nos debates e a conclusão é de que para se promover desenvolvimento humano torna-se necessário reduzir a exclusão social, ou seja, a pobreza e as desigualdades de modo geral. Portanto, a questão não é estimular somente o crescimento da renda, mas também a distribuição desta. Em síntese, para Oliveira (2002, p. 40) “o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social”.

Para Pontes *et al.* (2009) embora a desigualdade de renda tenha se reduzido nos últimos anos, em virtude das políticas públicas governamentais de transferência de renda, a concentração econômica ainda prevalece elevada. E isso ainda é um dos principais problemas enfrentados pelo Brasil. Logo, além do problema econômico, a desigualdade de renda proporciona uma distribuição ineficaz de inclusão econômica e social, caracterizando uma baixa mobilidade social.

Nesse contexto, muito se modificou ao longo dos séculos para que se houvesse o desenvolvimento de um determinado território, sociedade e economia. No caso brasileiro, a economia do Nordeste sempre apresentou carência de investimentos na sua estrutura econômica e também na questão social, no que concerne a melhoria da qualidade de vida e bem-estar do nordestino.

O caso específico do estado brasileiro do Ceará, que após um longo período de atraso, tem consolidado padrões de desenvolvimento com características importantes a partir dos governos mudancistas, nas gestões de Tasso Jereissati (1987-1991), Ciro Ferreira Gomes (1991-1994), Tasso Jereissati (1995-1999) e novamente em (1999-2002). Segundo Bussons (2015) as diretrizes essenciais dos autodenominados “governos das mudanças”, foram a implantação de uma reforma

político-administrativa com bases neoliberais, especialmente, no tocante à preocupação com uma austeridade financeira e fiscal; ao estreitamento da relação estado-economia e à afirmação do setor público como indutor de investimento.

Dinâmica econômica cearense: elementos da formação econômica versus desenvolvimento econômico estadual pós-1980

Após um longo período de atraso, no final do século XIX, o estado do Ceará passa por um processo lento de dinamização industrial, proporcionado em grande parte pela acumulação da cultura algodoeira via mercado internacional, rompendo desta forma com as bases primitivas que até então norteavam as relações socioeconômicas. Almeida (2012, p. 9) justifica o atraso da indústria no território cearense devido ao povoamento lento, as calamidades climáticas, a predisposição à manufatura, a incipiente organização político-administrativa, a descapitalização e o modesto mercado consumidor. Estes eram os principais obstáculos para o desenvolvimento das atividades referentes a indústria no Ceará.

A formação econômica cearense, no período colonial, se distanciou da formação econômica de outros estados nordestinos, como o Pernambuco, que se dedicaram à atividade açucareira. Logo, a economia cearense destacou-se pelo desenvolvimento de atividades pouco atrativas. Como era o caso da pecuária, que segundo Rufino (2009, p. 4) foi a primeira grande atividade econômica cearense fundamentando sua organização econômica em função das necessidades de suprimento para as regiões agroexportadoras, portanto ao contrário das demais capitais litorâneas a demanda externa não foi um fator preponderante na organização espacial do Ceará. Destarte, não existia apenas uma cidade principal, mas um conjunto de cidades interioranas, articuladas e especializadas na produção e comercialização da carne-seca. Já a ocupação de Fortaleza se associava exclusivamente à racionalidade militar e defensiva.

De acordo com Souza (1994), Fortaleza passa a ter rápido crescimento da população, bem como um crescente desenvolvimento, ou seja, a importância que a capital possui nesse processo coletor e transformador da produção pode ser observado e sentido através do desenrolar da história do Ceará.

A partir desta leitura, o desenvolvimento da indústria estadual é vislumbrado em três etapas distintas, como mostra Almeida (2012, p. 10):

[...] alguns autores dividem o processo de industrialização do Ceará em três fases distintas: a primeira engloba o início do século XX até a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e é resultante do fortalecimento da proto-indústria na segunda metade do século XIX. A segunda é demarcada pelo intervencionismo institucional da SUDENE e demais órgãos e pelos projetos de integração nacional e industrialização. E, por último, responde o período pós-SUDENE, marcado pela desaceleração das políticas industriais experimentada nas últimas duas décadas. Nessa fase, os governos locais aparecem como principais fomentadores das políticas industriais, fazendo frente à reforma do Estado Nacional.

Foi a partir das intervenções governamentais de organismos institucionais de fomento ao desenvolvimento regional, em especial a SUDENE, que o Ceará, experimentou alterações no seu quadro produtivo e na sua infraestrutura, através das ações de desenvolvimento via industrialização.

A maior parte dos investimentos direcionaram-se à modernização do parque industrial já existente, indústrias predominantemente ligadas a setores básicos e já

tradicionais. Porém, setores dinâmicos como mecânico-metalúrgico, material de transporte, material elétrico e de comunicação também foram estimulados pela SUDENE. No entanto, para Rufino (2009), houve uma manutenção da estrutura industrial anterior à criação da SUDENE, mantendo os setores básicos à frente dos setores dinâmicos.

Embora a premissa da Superintendência fosse levar o desenvolvimento para a região Nordeste, desconcentrando os empreendimentos, a concentração de investimentos ocorreu em alguns estados, como na Bahia, no Pernambuco e no Ceará, em especial nos dois primeiros citados.

Existem críticas a essa concentração de investimentos, que estariam alocados fundamentalmente nos estados de Pernambuco, Bahia e Ceará – este último, o terceiro com mais investimentos - e dentro destes estados, tais incentivos se concentraram nas proximidades de suas capitais (RUFINO, 2009). Logo, esse processo concentrador que ocorrera nos estados desarticulou o processo de desenvolvimento, bem como prejudicou o crescimento econômico de outras localidades mais interiorizadas. Já para Araújo (2001), tal intervenção promoveu o surgimento de “ilhas de produtividade” em todo o Nordeste.

Dos investimentos estimulados pela SUDENE, Almeida (2012, p. 13) destaca que os estados do Pernambuco e da Bahia, receberam mais da metade dos investimentos, 55,5%, enquanto que o estado do Ceará centralizou somente 8,8% dos projetos. Apesar de o estado do Pernambuco ter recebido mais projetos, foi o estado da Bahia que recebeu o maior volume de recursos convergindo para a concentração acima apontada. O fato de terem sido precursores regionais na montagem de estruturas capitalistas como infraestrutura energética, portuária e de circulação, bancos e empreendedorismo, se tornaram atrativos naturais na região para que tal processo se desse.

Situando-se no debate acerca dos efeitos da ação da SUDENE no industrialismo cearense, Almeida (2012), aponta que suas medidas foram eficazes na viabilização de novos espaços econômicos com estruturas produtivas diversificadas e mais articuladas com o cenário econômico nacional. Neste sentido, o Parque Industrial Cearense foi modernizado e ampliado. Entretanto, não houve o estímulo para uma distribuição menos seletiva da renda e da atividade econômica.

Abu-El-Haj (2002) considera que o Ceará se modernizou de acordo com o movimento hegemônico do mercado, incorporando uma nova estrutura administrativa que difundia amplamente a iniciativa privada. Logo, o modelo nacional-desenvolvimentista que atribuía ao estado à atuação no campo empresarial como ator do dinamismo econômico é deixado de lado e ascende o modelo neodesenvolvimentista, onde o estado passa a ser parceiro do setor privado, aparecendo como motor do desenvolvimento, porém mais flexível em suas intervenções.

Para Elias (2003, p. 67), no Governo das Mudanças, como ficou conhecido, as gestões estaduais no Ceará começaram em 1986, com o Governo de Tasso Jereissati, até início dos anos 2000. A agropecuária passou por um processo de modernização conservadora, pois foi introduzido um modelo socialmente excludente e espacialmente concentrado, mantendo intocáveis algumas questões sociais, territoriais e políticas incompatíveis com os alicerces do crescimento econômico com equidade, agravando as desigualdades sociais e regionais históricas do estado do Ceará. No entanto, esse período ficou marcado por uma série de reformas, buscando maior eficiência do gasto público com um contundente ajuste fiscal concomitante a uma reorganização administrativa.

De acordo com Carneiro e Irffi (2016) no campo social, muito embora a nova geração de governantes tenha logrado importantes conquistas na área da saúde, como a considerável redução da taxa de mortalidade infantil, não obteve o mesmo êxito no que diz respeito à área de educação. Vale destacar que na primeira metade da década de 1990 houve uma maior persistência de elevados índices de analfabetismo e baixa cobertura da rede básica de ensino, onde o déficit de atendimento chegava a mais de 30% entre os alunos da zona rural (GONDIM, 1995). Mas a precariedade do ensino ofertado não colocava aqueles que conseguiam frequentar a sala de aula em situação muito melhor, “assim os estudantes do primeiro grau do Ceará dominavam, em média, menos da metade dos conteúdos julgados mínimos e indispensáveis à série e disciplina que cursavam” (HAGUETTE, 1993, p. 7 apud CARNEIRO; IRFFI, 2016).

Com a implantação do programa Todos pela Educação de Qualidade para Todos em 1995 combinado com a conjuntura das reformas nacionais da educação básica de 1996, foi aprovada no Ceará a lei 12.612/96 a qual passou a direcionar parte considerável da receita do principal imposto estadual (o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS) de forma proporcional aos gastos municipais com educação. De acordo com Carneiro e Irffi (2016) antes da mudança, esses recursos eram divididos de forma tradicional, por critérios populacionais (60%) e em uma parte igualitária (40%). Com a nova legislação, metade da cota parte do ICMS passou a atender o critério de gasto com a manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).

Vale destacar que em vários estudos como os de Menezes-Filho e Amaral (2009) e Monteiro (2015) o fato de elevar os gastos em educação, isso não implica necessariamente em melhorias no aprendizado dos estudantes, bem como chega à conclusão que os municípios brasileiros, não só os cearenses, têm dificuldade de transformar mais recursos em maior aprendizagem.

Ao passo que a saúde demonstra ser importante elemento do capital humano individual e social. A heterogeneidade social em saúde parece não só contribuir, como também realimentar de forma inercial o ciclo de desigualdade e pobreza vigente no Brasil durante muitas décadas. Mais especificamente no Ceará, o setor de saúde tem enfrentado diversas crises nos anos recentes, sendo a carência de leitos de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), a demora nos atendimentos e a ausência de médicos as principais dificuldades nas quais o Estado convive, deste modo implica diretamente na qualidade de vida dos cearenses (FIGUEIREDO *et al.*, 2003; SILVA, 2010; NUNES; PINHEIRO, 2016).

Nesse sentido, Vecchia *et al.* (2005) e Dawalibi *et al.* (2013) indicam que o conceito de qualidade de vida é amplo e subjetivo e abrange uma grande gama de aspectos, tais como: o bem-estar pessoal, a autoestima, a capacidade funcional, o nível socioeconômico, o estado emocional, a interação social, a atividade intelectual, o autocuidado, o suporte familiar, o estado de saúde, os valores culturais, éticos e a religiosidade, o estilo de vida, a satisfação com o emprego e/ou com as atividades da vida diária e com o ambiente em que se vive. Há vários indicadores que exploram tais aspectos, dentre eles, os mais expressivos são: o Índice de Qualidade de Vida – IQV, o Coeficiente de Gini e o Índice de Desenvolvimento Humano. Este último é um índice elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, em parceria com a Fundação João Pinheiro - FJP e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, que será utilizado como escopo de estudo deste artigo.

ANÁLISE DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL – IDHM NO CEARÁ

O território do Ceará abrange 148.920.538 km², composto por sete mesorregiões geográficas, definidas pelo IBGE que são: Noroeste Cearense, Norte Cearense, Metropolitana de Fortaleza, Sertões Cearenses, Jaguaribe, Centro-Sul Cearense e Sul Cearense. Estas Mesorregiões se subdividem em trinta e três microrregiões.

O Ceará em sua divisão político-administrativa é composto por um total de 184 municípios, que somam juntos 8.842.791 habitantes (IBGE, 2014). O estado possui duas Regiões Metropolitanas, a Região Metropolitana de Fortaleza - RMF e a Região Metropolitana do Cariri - RM Cariri), constituídas de 15 e 9 municípios respectivamente.

Em seus aspectos climáticos é predominante o Tropical Quente Semiárido, abrangendo 98 (53%) das 184 sedes municipais. Esse tipo climático possui características de escassez e irregularidade pluviométrica associada a altas taxas de evapotranspiração, condições que tornam o estado susceptível ao fenômeno das secas (IPECE, 2013).

O IDH-M é um índice elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com a Fundação João Pinheiro - FJP e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O IDH tem por objetivo medir o grau de desenvolvimento humano de um país. Ele é amplamente utilizado pelas nações, e utiliza indicadores de educação, apresentando dados quantitativos da alfabetização e número de estudantes devidamente matriculados; renda, considerado a renda per capita e; longevidade, que representa a esperança de vida do indivíduo ao nascer.

Este índice pode variar de 0 a 1, sendo zero o valor considerado para nenhum desenvolvimento humano e 1 considerado desenvolvimento humano alto ou total. Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, O IDH é importante sob três importantes perspectivas: i) a primeira é a de popularizar o conceito de desenvolvimento centrado nas pessoas, ou seja, essa não é uma visão de que desenvolvimento se limita ao crescimento econômico; ii) condensa de forma complexa a realidade a um único indicador, o IDH e seus três componentes viabilizam a comparação entre os municípios brasileiros e ao longo do tempo e, iii) por último, mas não menos importante estimula formuladores e implementadores de políticas públicas no nível municipal a priorizar a melhoria da vida das pessoas em suas ações e decisões. O IDHM é inspirado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) global, sendo ajustado de modo a compreender melhor a realidade brasileira adaptando-se.

A Tabela 1 apresenta a evolução nas dimensões de Educação, Longevidade e Renda no Ceará, por meio dos dados do IDHM, para os anos de 1991, 2000 e 2010:

Para o IDHM entre 1991 e 2000, é importante perceber uma taxa de crescimento de 33,58%. Amenizando o hiato de desenvolvimento humano em 77,14%. Nesse período, é perceptível o crescimento do índice de Educação em termos absolutos com um aumento de 0,173, seguido por Longevidade e por Renda. Entre a década de 2000 a 2010, o desenvolvimento humano apresenta melhores índices de crescimento. É notável, que na última década, entre 2000 e 2010, o IDHM avançou em diversos pontos. Sendo fator contribuinte a boa fase vivida pela conjuntura do momento marcada pela instauração de um governo em 2003, mais identificado com causas populares. A partir de então observou-se uma reversão marcada por melhoras no poder de compra real e no acesso ao crédito, além dos efeitos dos programas de transferência de renda, crescimento do salário mínimo e

maior formalização do emprego. Este contexto permaneceu com um certo vigor até 2010, quando os efeitos da crise internacional de 2008 foram de fato endogeneizados pela economia brasileira como um todo.

Tabela 1 – Ceará: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,204	0,377	0,615
% da população com 18 anos de idade ou mais com ensino fundamental completo	21,04	29,34	48,83
% da população com 5 a 6 anos de idade frequentando escola	43,90	82,55	96,29
% da população com 11 a 13 anos de idade frequentando os anos finais do ensino fundamental	18,80	48,10	86,02
% da população com 15 a 17 anos de idade com ensino fundamental completo	10,51	24,97	56,89
% da população com 18 a 20 anos de idade com ensino médio completo	7,33	15,07	37,39
IDHM Longevidade	0,613	0,713	0,793
Esperança de vida ao nascer (em anos)	61,76	67,77	72,60
IDHM Renda	0,532	0,588	0,651
Renda per capita (em R\$)	219,83	310,21	460,63
IDHM geral do Ceará	0,405	0,541	0,682

Fonte: PNUD; IPEA e FJP.

Como resultado das políticas educacionais focadas na melhoria dos indicadores de alfabetização, o avanço de maior destaque é no indicador de educação dos cearenses que, conforme exposto, passa de 0,377 em 2000 para 0,615 em 2010, uma taxa de crescimento de 63,13%. Analisando os componentes do IDHM Educação cearense é possível notar que todos indicadores se propuseram positivos e crescentes ao longo do tempo. Com destaque para o percentual de estudantes de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo que entre os anos 2000 saem dos 24,97% para 56,89% em 2010, mais que dobrando, portanto, seu percentual. Caracteriza-se desta forma como o de maior transformação, em 2010, contemplando a classe média do IDHM Educação. Este quadro resulta de um conjunto de implementações no campo da política educacional por parte do Governo Estadual e no bojo da reforma político-administrativa em meados dos anos 1980 e década de 1990, cujos efeitos são sentidos mais tarde. Para Vieira e Albuquerque (2001), as recomendações de consultorias de órgãos internacionais sinalizando para a necessidade de qualificação mínima da mão de obra, tornando o estado mais atrativo aos investimentos externos. Deste modo, foram decisivas neste processo.

A análise que compreende o desenvolvimento humano na dimensão da Expectativa de Vida ao nascer mostra-se positiva e com traços de tendência crescente, observado nos três resultados do índice em 1991, 2000 e 2010. O nível de Expectativa de Vida cearense em 2010 foi de 73 anos. O índice se mostra na categoria alta do IDHM, mesmo não ficando claro se de fato ocorre de forma integral no campo e na cidade.

No que tange ao indicador de Renda utilizando o padrão per capita, observou-se que a sua média em 2010 estava abaixo do que se esperava, necessitando assim de maiores investimentos na geração de emprego e renda. Ainda com as mudanças no quadro econômico pós 2003 acima mencionado tenha amenizado, o que se

demonstra é que dos três indicadores este é o que avança a passos mais lentos. O Tabela 1 a seguir apresenta os dez municípios com maiores e menores indicadores do índice:

Tabela 1 – Ceará: Os 10 maiores e menores municípios quanto ao IDHM do ano de 2010

	1991		2000		2010	
	IDHM	POSIÇÃO	IDHM	POSIÇÃO	IDHM	POSIÇÃO
10 MELHORES						
Fortaleza	0,546	1º	0,652	1º	0,754	1º
Sobral	0,406	7º	0,537	8º	0,714	2º
Crato	0,444	2º	0,577	2º	0,713	3º
Eusébio	0,377	16º	0,507	20º	0,701	4º
Juazeiro do Norte	0,419	5º	0,544	7º	0,694	5º
Maracanaú	0,420	4º	0,575	3º	0,686	6º
Barbalha	0,381	15º	0,517	18º	0,683	7º
Caucaia	0,411	6º	0,555	5º	0,682	8º
Limoeiro do Norte	0,433	3º	0,561	4º	0,682	9º
Iguatu	0,394	11º	0,546	6º	0,677	10º
10 PIORES						
Graça	0,149	184º	0,381	169º	0,570	175º
Parambu	0,304	92º	0,387	166º	0,570	176º
Aiuaba	0,256	150º	0,365	181º	0,569	177º
General Sampaio	0,261	146º	0,392	164º	0,568	178º
Uruoca	0,235	171º	0,394	161º	0,566	179º
Araripe	0,250	157º	0,371	176º	0,564	180º
Itatira	0,208	177º	0,362	182º	0,562	181º
Potengi	0,304	91º	0,396	158º	0,562	182º
Granja	0,250	158º	0,371	177º	0,559	183º
Salitre	0,189	182º	0,326	184º	0,540	184º

Fonte: IPECE (2013).

O destaque para a capital do estado é observado desde quando o primeiro índice foi elaborado, apresentando os indicadores 0,546, 0,652 e 0,754, nos respectivos anos examinados. A performance econômica destes municípios possibilita este ranking: como era de se esperar, aqueles que polarizam algumas áreas interioranas, assumindo a funcionalidade de centros intermediários na articulação territorial também são evidenciados com destaque no grupo dos dez melhores municípios. Dentre estes estão Sobral, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte e Iguatu. Os demais componentes deste conjunto são municípios que fazem parte da Região Metropolitana de Fortaleza (no caso de Eusébio, Maracanaú e Caucaia) ou da Região Metropolitana do Cariri (no caso de Crato e Barbalha).

No que concerne ao grupo de piores indicadores, o componente econômico também gera desdobramentos determinantes. Predominam pequenos municípios localizados em regiões cujos condicionantes físicos e geográficos dificultam a dinâmica econômica como os municípios de Parambu e Aiuaba, localizado no Sertão dos Inhamuns; Graça, Uruoca e Granja na Mesorregião Noroeste Cearense; General Sampaio e Itatira nas áreas de transição entre a RMF e o Sertão Central; Araripe, Potengi e Salitre na porção oeste da mesorregião Sul Cearense, mais conhecida por Cariri. Tais regiões, não obstante estarem próximas geograficamente aos centros diferenciados, tem suas realidades inseridas no contexto de transição social e econômica, o que dificulta a prosperidade nos indicadores.

Mapeamento do desenvolvimento territorial a partir do IDHM

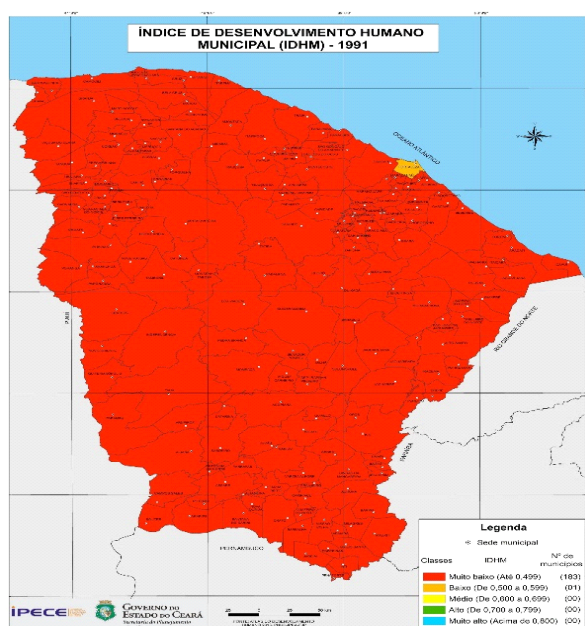
Para atender aos objetivos propostos pelo trabalho, realizou-se uma comparação temporal dos municípios cearenses com base no desempenho do IDHM. Conforme o estudo feito pelo IPECE (2013) informe nº. 64 o desenvolvimento humano no estado do Ceará está diretamente associado ao desenvolvimento de seus municípios. Assim como neste artigo, os dados utilizados foram obtidos por meio do Atlas de Desenvolvimento Humano para os anos de 1991, 2000 e 2010.

Desta forma, utilizou-se aqui o mapeamento disponibilizado pelo IPECE, que se pauta numa classificação composta por cinco níveis do índice: desenvolvimento muito baixo, variando de 0 a 0,499; baixo de 0,500 a 0,599; médio 0,600 a 0,699; alto de 0,700 a 0,799 e muito alto para acima de 0,800.

A realidade inicial, o ano de 1991, que é apresentado na Figura 1, observa-se a realidade decadente e que restringe as condições do desenvolvimento em todos os municípios que compõe o Ceará. Até mesmo a capital do Ceará, ainda que apresente um melhor índice em relação aos demais quadros do estado, se situa na faixa de baixo desenvolvimento (0,546).

Percebe-se assim que a consolidação de Fortaleza como centro de referência no desenvolvimento do estado resulta de transformações recentes, não se diferenciando muito da totalidade cearense. Para Souza (1994) a capital é sem dúvida o grande centro coletor de produtos do interior cearense. A autora afirma que esse papel de comando de Fortaleza possui hoje foi conquistado aos poucos. O processo de modernização da capital, se desdobrando nos campos econômicos ocorreram principalmente pela exploração e difusão de cidade turística (DANTAS, 2013).

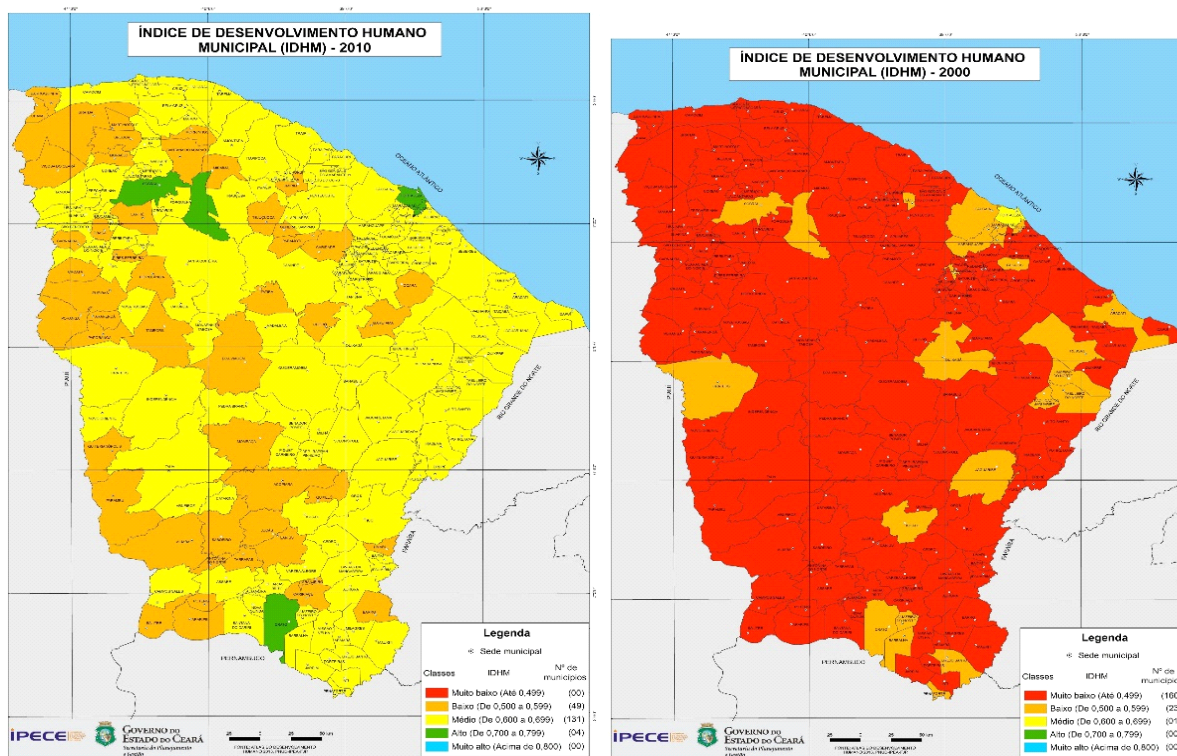
Figura 1 – Ceará: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, para o ano de 1991



Fonte: IPECE (2014).

As mudanças ocorridas entre os anos de 1991 e 2000 não foram tão substanciais, conforme é possível visualizar ao se comparar a Figura 1 com o primeiro mapa da Figura 2. O destaque é dado à melhoria de Fortaleza que passa a integrar a faixa de médio desenvolvimento, bem como de alguns municípios polos que também avançam uma posição nas faixas. Foram os casos daqueles no entorno da RMF, bem como de outros situados no interior como o polo de Crato – Juazeiro do Norte – Barbalha, no Sul Cearense; Iguatu, no Centro-Sul; Sobral no Noroeste; Crateús e Quixadá nos Sertões. Passam a ter melhorias também os municípios de área dos perímetros irrigados do Baixo Jaguaribe como Morada Nova, Limoeiro do Norte e Jaguaribe. Estes polos foram os alvos principais das políticas de interiorização industrial implementada com maior vigor desde os anos 1990, pautando-se em incentivos fiscais (PEREIRA JÚNIOR, 2012).

Figura 2 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, para o ano de 2000 e 2010



Fonte: IPECE (2014).

De acordo com Lima Júnior (2014, p. 91), começa nesta fase a se verificar os efeitos das transformações na gestão político-econômica do Ceará, afetando os indicadores do seu desenvolvimento marcando uma “evolução de ‘ruptura’ que plasmou a busca de introdução do Ceará nas correntes da economia internacional, reproduzindo o discurso hegemônico de inserção competitiva global”. O eixo central condutor destas mudanças no estímulo à economia, associado a um conjunto de políticas de caráter social, foi o tripé agronegócio-indústria-turismo.

Com relação à evolução entre os anos 2000 e 2010, optou-se por expor as duas realidades justapostas lado a lado, que estão apresentadas na Figura 2, por ser

possível observar de fato mudanças mais nítidas. Este quadro decorre justamente da maturação de todo o contexto de transformação acima referido e conduzido de forma concreta nos anos seguintes. Neste período, praticamente todos os municípios cearenses avançam de classificação nos níveis de desenvolvimento.

No ano 2000, o índice se mostra positivamente melhor em relação ao último divulgado (1991) mas se verifica que somente 23 municípios – dos 184 municípios do estado - detiveram a categorização de baixo desenvolvimento. Uma melhoria substancial também se evidencia na capital, que passa a compor a faixa de médio desenvolvimento.

Outros municípios como Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Sobral, Limoeiro do Norte, Caucaia e Iguatu se sobressaíram aos demais evoluindo para a faixa imediatamente acima em cada um dos seus casos respectivamente. Os municípios de Sobral, na Mesorregião Noroeste Cearense, e Crato na Mesorregião Sul Cearense, passaram a fazer parte do perfil de municípios de alto desenvolvimento em 2010. Conforme visto anteriormente, as principais variáveis que contribuíram para estas melhorias foram os indicadores referentes à Educação e à Longevidade. Não obstante, visualiza-se que eram necessários mais avanços: verificou-se ainda em 2000 o registro de 160 municípios qualificados com baixo desenvolvimento humano.

No que se refere ao ano de 2010, verifica-se que o avanço se estendeu para quase todo o território estadual destacando-se: o litoral e regiões como o Vale do Jaguaribe onde se concentram boa parte dos programas de perímetros irrigados; a RMF por concentrar por si só boa parte da atividade econômica do Ceará; o município de Sobral, no Noroeste do estado por ter sua economia se diversificando no campo da atividade industrial; os municípios do sul do estado, onde foi instaurada a Região Metropolitana do Cariri cujo núcleo irradiador são as cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha.

Em aspectos gerais, o cálculo do índice demonstra que já não há nenhum município classificado como de muito baixo desenvolvimento humano, representando um avanço na qualidade de vida da população do estado. Consta-se a categoria predominante de médio desenvolvimento humano, em 131 municípios. Os municípios de Fortaleza, Sobral, Crato e Eusébio alcançaram o nível de alto (IDHM entre 0,700 e 0,799), na classe alta do índice.

Vale ressaltar, que para se falar em desenvolvimento, é necessário haver uma integração da sociedade. Segundo Elias (2003) o objetivo da integração e desenvolvimento da sociedade é atrelar as áreas consideradas dinâmicas do país à dinâmica do mercado mundializado, com a implantação de programas e projetos tidos como estruturantes ao crescimento econômico, introduzindo novas formas de organização e gestão pública.

Nos centros urbanos ocorre o modelo de “modernização excludente”. Ao longo dos anos Fortaleza se destaca como ponto muito dinâmico no estado. No entanto por meio da mão de obra especializada e devidamente qualificada, torna excludente um elevado número de trabalhadores. Esta realidade passa a se reproduzir nos centros intermediários do estado como atestam Pereira Júnior (2012) e Barbosa (2013).

Por meio desta análise comparativa temporal dos municípios cearenses, utilizando o mapa temático do IDHM, conclui-se que o Ceará ao longo dos anos vem demonstrando avanços e lacunas. Lacunas, que não demonstram processos de transformações incapazes de inverter situações concentradoras e desiguais, como também elevando, por sua vez, a disparidade no desenvolvimento em caráter de desconcentração concentradora.

Conclusões

O presente trabalho objetivou analisar o desenvolvimento do Ceará, a partir de uma concepção mais ampla, pautando-se na concepção e desempenho do IDHM. Observou-se que muito avançou-se na discussão dos temas envolvendo o desenvolvimento econômico, incluindo visões e aspectos para além das questões meramente de mensuração econômica. A incorporação de pressupostos voltados para educação e longevidade permitiram incorporar ao debate questões mais diretamente conectadas à qualidade de vida. Em realidades periféricas como as dos municípios cearenses, esse debate foi relevante pois partiu de um conjunto de necessidades postas por um contexto degradante no que se refere aos indicadores educacionais e de saúde.

Observou-se que houve melhorias substanciais e mais difundidas ao longo do território estadual, abrangendo grande parte dos municípios. Entretanto, estas melhorias não se deram de forma homogênea. Os principais avanços se deram em municípios polarizadores de regiões mais dinâmicas como os municípios de Sobral, o conjunto formado por Crato – Juazeiro do Norte – Barbalha; Limoeiro do Norte; Iguatu.

Além da capital do estado e de seu entorno metropolitano, estes municípios foram alvo de políticas de interiorização industrial e outros programas de modernização econômica. Nas áreas marcadas ainda pelo atraso e vulnerabilidades climáticas como o oeste do estado, Sertões Central e dos Inhamuns – onde a aridez é a marca principal - as melhoras tiveram um padrão mais lento.

Comprovou-se a hipótese do presente trabalho, a qual afirmava que mesmo com todos os avanços propostos nesta mensuração, nem o IDHM capta ainda a realidade da dinâmica do desenvolvimento cearense. Haja vista a persistência de aspectos de caráter estrutural decorrentes de sua formação econômica e das formas de sua inserção no contexto da economia nacional em diversos momentos, foi plausível e observada de forma concreta com a conclusão do trabalho. A necessidade de políticas mais amplas apontando para a atenuação dos estrangulamentos decorrentes desta formação estrutural se constituem na principal preocupação de medidas recomendadas.

Referências

ARAÚJO, T. B. **A “questão regional” e a “questão nordestina”**. In: TAVARES, M. da C. (org.). Celso Furtado e o Brasil. São Paulo: Editora Fund. Perseu Abramo. 2001.

ALMEIDA, H. M. **Práticas espaciais, gestão seletiva e o desenvolvimento territorial no Ceará**. In: XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste Pré-Alas Brasil. UFPI, Teresina-PI. 2012.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Desenvolvimento Humano, IDH E IDHM**. 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/>>. Acesso em: 06 de nov. 2016.

BARBOSA, M. N. F. **A evolução do emprego industrial formal nas cidades médias do estado do Ceará (Crato, Juazeiro do Norte e Sobral) no período de 1990 a 2010**. Natal, RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, PPGECON, Natal, 113p. 2013.

BARBOSA, D. P. **Visões do desenvolvimento: as perspectivas de Celso Furtado e Douglass North sobre o desenvolvimento econômico.** (Dissertação submetida ao curso de Mestrado em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná), Curitiba. 2009.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Crescimento e desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas. 2008.

BONENTE, B. I.; ALMEIDA FILHO, N. Há uma nova Economia do Desenvolvimento? **Revista de Economia**, v. 34, n. 1. 2008.

BUSSONS, Aline Maria Freitas. A deriva de sentidos de “Terra da luz” no pós-governo mudancista: uma análise do vídeo Ceará, terra da luz. **RUA**, v. 20, n. 1. p. 50-64. 2015.

CARNEIRO, Diego; IRFFI, Guilherme. **Coordenação Interfederativa no Incentivo à Educação: O Caso do Estado do Ceará.** In: XII Encontro Economia do Ceará em Debate. Fortaleza/CE. 2016.

DANTAS, E. W. C. Metropolização turística em região monocultura industrializada. **Mercator – Revista de Geografia da UFC.** Fortaleza. Volume 12. Número Especial (2). p. 65-684. Set. 2013.

DAWALIBI, Nathaly Wehbe et al. Envelhecimento e qualidade de vida: análise da produção científica da SciELO. **Estud. psicol.** (Campinas) [online]. v.30, n.3, pp.393-403. 2013.

FIGUEIREDO, L.; NORONHA, K. V.; ANDRADE, M. V. **Os impactos da saúde sobre o crescimento econômico na década de 90:** Uma análise para os estados. Texto para discussão Nº 219. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar. 2003.

ELIAS, D. Desigualdade e Pobreza no Espaço Agrário Cearense. **Mercator – Revista de Geografia da UFC.** Fortaleza. v. 2, n. 3. 2003.

GIACOMELLI, G. S. et al. **Estado e Desenvolvimento:** uma discussão a partir da abordagem das capacitações de Amartya Sen. In: 1º Seminário de Jovens Pesquisadores em Economia e Desenvolvimento. PPGE&D/UFSM. Santa Maria/RS, 2013.

GIL, A. C. **Didática e metodologia do ensino superior.** São Paulo, Atlas. 2009.

GONDIM, L. **Os “Governos das Mudanças” no Ceará:** um populismo weberiano? Caxambu: ANPOCS, 1995.

GOTLIEB, G. **Teoria psicobiológica desenvolvimento.** Em RB Cairns, GH Elder & EJ Costello (Orgs.), A ciência do Desenvolvimento. New York: Cambridge University. p. 63-77. 1996.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas Informações e Estatísticas.** 2016. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 09 de nov. 2016.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Ceará em Mapas**. 2015. Disponível em: <<http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11.htm>>. Acesso em: 09 de nov. 2015.

_____. **INFORME nº. 64**. 2013. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipeceinforme/ipece_Informe_64_12_setembro_2013.pdf>. Acesso em: 06 de nov. 2016.

LIMA JÚNIOR, F. O. de. **Estrutura produtiva e rede urbana no estado do Ceará durante o período de 1980-2010**. Campinas. SP: Instituto de Economia da UNICAMP (Tese de Doutorado). 264p. 2014.

MENEZES FILHO, N. A.; AMARAL, L. F. L. E. **A Relação entre Gastos Educacionais e Desempenho Escolar**. Insper Working Papers, Insper Instituto de Ensino e Pesquisa. 2009.

MONTEIRO, J. Gasto Público em Educação e Desempenho Escolar. **Revista Brasileira de Economia**, v. 69, n. 4: 467–488. 2015.

NUNES, Erivelton de Souza; SOUSA, Eliane Pinheiro de. **Análise da Eficiência no Gerenciamento Público com a Saúde para os Municípios Cearenses**. In: XII Encontro Economia do Ceará em Debate. Fortaleza/CE. 2016.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v.5, n.2. p. 37-48, maio/ago. 2002.

PEREIRA JÚNIOR, E. **Território e Economia Política**: uma abordagem a partir do novo processo de industrialização do Ceará. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2012.

PONTES, D. O.; et al. **Crescimento econômico e desigualdade de renda no Ceará**. In: Encontro Economia do Ceará em Debate. 2009. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2338>>. Acesso em: 09 de nov. 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2ª Edição. Editora Feevale. 2013.

RUFINO, M. B. C. **Desenvolvimento Industrial e Organização Espacial**: Algumas Considerações Sobre a Região Metropolitana de Fortaleza. In: XIII Encontro da ANPUR. Florianópolis/SC. 2009.

SEN, A. Development: Which Way Now? **The Economic Journal**, v. 93, n. 372. p. 745-762. 1983.

SIFUENTES, T. R.; DESSEN, M. A.; OLIVEIRA, M. C. S. L. Desenvolvimento humano: desafios para a compreensão das trajetórias probabilísticas. **Psic.: Teor. e Pesq.** [online]. v.23, n.4, p.379-385. 2007.

SILVA, F. L. G. **Análise da eficiência técnica dos gastos públicos com saúde no estado do Ceará**. 2010. 55f. Dissertação (Mestrado Profissional) - Programa de Pós-Graduação em Economia, CAEN, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza – CE. 2010.

SOUSA, F. J. P. Transformações Políticas e Institucionais no Ceará: repercussões nas finanças públicas do estado. **Rev. Econ. do Nordeste**. Fortaleza, v. 38, n. 4, out-dez. 2007.

SOUZA, Simone. **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 416 p. 1994.

VALSINER, J. **Além das representações sociais**: uma teoria da capacitação. *Representações Sociais*, v.12, n.7. p. 1-16. 2003.

VECCHIA, R. D.; RUIZ, T.; BOCCHI, S. C. M.; CORRENTE, J. E. Qualidade de vida na terceira idade: um conceito subjetivo. **Rev. bras. epidemiol.** [online], vol.8, n.3, p.246-252. 2005.

VIEIRA, S. L.; ALBUQUERQUE, M. G. M. **Política e planejamento educacional**. 2ª Ed. Fortaleza, CE, Edições Demócrito Rocha. 136p. 2001.